

ENTRE A REPÚBLICA E O IMPÉRIO: APONTAMENTOS SOBRE A AMPLITUDE DESTA FRONTEIRA¹

Fábio Favarani²

As separações das repúblicas e dos impérios na historiografia

Harriet Flower, em seu livro *República Romana*, afirma que:

Periodização é, assim, a mais básica ferramenta do historiador e deve inevitavelmente servir como a primeira premissa a partir da qual qualquer análise de uma série de eventos ocorrerá. Dividir o passado em segmentos historicamente significativos obedece à mesma função que tem a pontuação em uma sentença e os parágrafos em uma página (2010, pp. 3-4).

O problema de periodização que pretendo discutir hoje obedece bem ao preceito colocado por esta autora. A separação entre República e Império é posta pelos historiadores bem nestes termos. Há um ponto final na República e, depois, temos outra sentença, que é o Império. República e Império estão separados em dois parágrafos e, conforme o autor que considerarmos, haverá ainda entre os parágrafos algum separador. Há historiadores que parecem acreditar mesmo que Augusto foi um deus. Citemos um exemplo, retirado da obra *Roma na República tardia: Problemas e interpretações*, de Mary Beard e Michael Crawford:

Pela metade do primeiro século antes de Cristo, a forma republicana de governo em Roma tinha efetivamente colapsado. Deste colapso emergiu, na sequência da guerra civil, primeiro a ditadura de César e depois o principado de Augusto. Em uma rápida e violenta transformação, um sistema político fundado sob os princípios fundamentalmente opostos à monarquia foi

¹ Este é o texto revisto da comunicação que apresentei no IV Colóquio do LEIR-MA-USP, cujo tema era "Processos de integração no Mediterrâneo Antigo: Aceleração e Crise". Tratava-se de uma tentativa de colaborar com o debate que se desenvolve neste centro de pesquisa sobre o conceito de "fronteiras". Trata-se, como se verá, de uma primeira aproximação ao tema, de um trabalho que ainda está em curso. Solicitado pelos editores a dar o texto à publicação, tentei convencê-los de que ele não estava pronto ainda. Como percebem, os editores me convenceram do contrário, que seria útil ao propósito de alimentar uma discussão a partir dos comentários que seriam feitos por outros pesquisadores. Agora, caberá ao leitor decidir, à luz do conjunto que se produziu, quem tinha razão, se eu ou os editores.

²UFOP.

substituído por um sistema que era monárquico em tudo, menos no nome (Beard, Crawford, 1999, p. 1).

Até aí, a narrativa é simples – e não seria questionada por nenhum historiador antigo ou moderno.

O fim da República é datado pelos historiadores com a vitória de Otaviano sobre Marco Antônio em Ácio, em 31 a.C., ou pela atribuição do título de Augusto a Otaviano em 27 a.C. A partir de então, teria emergido um novo regime, erigido no território devastado, totalmente vazio da República. Na visão predominante entre os historiadores contemporâneos, há uma ruptura entre República e Império. Esta visão reforça os elementos de ruptura, marcada por mudanças nas formas de articulação e competição política da sua elite, em detrimento da continuidade, quer relativa a estas mesmas formas de articulação e competição da elite quer quando considerados outros aspectos também importantes. Essa visão que reforça os aspectos relativos à ruptura em detrimento daqueles de continuidade deriva fundamentalmente da crítica construída por Ronald Syme à visão constitucionalista de Theodor Mommsen.

A república~império de Mommsen

Para Theodor Mommsen, Augusto e seus sucessores procuraram conferir às suas posições privilegiadas uma forma legal por meio da posse de poderes magistráticos específicos – como o *imperium proconsulare* e a *tribunicia potestas* –, baseados na estrutura política da República. O Senado, por sua vez, permaneceu “soberano” sob o Império, tratando da escolha de magistrados e da legislação. Além disso, ratificava a ascensão de um novo imperador por uma *lex de imperio* (pelo menos a partir de Vespasiano). Portanto, a República teria que criar uma legitimidade republicana na ocasião da ascensão de cada novo *princeps*. A relativa continuidade entre República e Principado, no pensamento de Mommsen, era decorrência do modo como ele concebia a própria estabilidade da República romana, calcada em uma cultura jurídica que tinha um efeito normativo na ação política e social dos indivíduos, conferindo uma excepcional estabilidade estrutural à sociedade republicana.

Mommsen pretendia descrever a essência do Estado por meio de seu direito público, de modo que, nessa apresentação sistemática, o problema dos processos e condicionantes históricos, bem como as interações estabelecidas entre os agentes constituindo um universo social mais complexo do que previsto na norma legal, não tinha qualquer prioridade.

No esquema interpretativo de Mommsen não havia um ponto final na República. Não sei se, usando a metáfora de Harriet Flower, teríamos entre a República e o Império de Mommsen uma vírgula ou um ponto e vírgula que introduziria a nova sentença, onde haveria continuidades e rupturas entre República e Império.

A república-império de Ronald Syme

A crítica a esse paradigma formalista de análise do Estado romano ganhou força na primeira metade do século XX, quando os estudos se deslocaram das normas jurídicas para os mecanismos concretos de funcionamento do sistema político republicano e imperial. Esta virada, na opinião de David Potter, que organizou *A Companion to the Roman Empire*, publicado em 2006, deveu-se ao fato de que

a legalidade parecia ter pouca importância para uma geração que tinha visto Stálin promulgar a constituição da União Soviética, Mussolini proclamar uma nova visão do futuro da Itália que se desenhava a partir da reconstrução dos remanescentes físicos do passado de Roma e o governo democraticamente eleito de Hitler chegar ao poder na Alemanha (2006, p. 2).

A análise dos grupos oligárquicos, e dos conceitos estruturadores das relações entre seus membros – *gratia, amicitia, fides, pietas* etc. –, passou a um primeiro plano, no que se pode chamar de uma história social e política da República e Principado.³ Uma história bem exemplificada pela obra de seu principal expoente, Ronald Syme, que teve como foco a elite – em especial, a aristocracia senatorial –, estudada por um método prosopográfico.⁴ O

³ Para o período republicano, o marco é a obra de Mathias Gelzer, *The Roman nobility* (1969), originalmente publicada em 1912.

⁴ Cf. H. Galsterer (1993, p. 19). Luciano Canfora (1991, p. 198) situa a atenção de Syme nas elites como um desdobramento do debate sociológico em curso nos anos de 1930 sobre o tema.

argumento de Syme, em *A revolução romana*, de 1939, ilustra bem o abandono da perspectiva constitucionalista: “A composição da oligarquia de governo emerge, portanto, como o tema dominante da história política, como vínculo unificador entre República e Império: é algo real e tangível, qualquer que seja o nome ou a teoria da constituição” (1960, p. vii).

A ideia de uma ruptura entre república e império apresentada por Ronald Syme foi depois retomada inúmeras vezes. Como exemplos marcantes, podemos citar o “fim da política” defendida por M. Finley em seu *A Política no Mundo Antigo* (1983), e mais recentemente afirmada como “revolução cultural” por Wallace-Hadrill (2007). Por esta via, o que seria um ordenamento de uma série de eventos de forma arbitrária, visando a sua análise, ou seja, o que seria periodização, faz-se evento histórico, ruptura real perceptível e extensível para todas as esferas da experiência humana. Parece que os historiadores criaram com sua periodização (e a crença muito comum de que a análise que fazem é a realidade e não a sua interpretação) uma ruptura na vida das populações e territórios dominados por Roma – para todas as populações e para todos os territórios.

As separações nas fontes

Cícero, César, Salústio e um império na república.

As fontes, como todos sabem, tratam o império mais como continuidade do que como ruptura com relação à república. Aquele que seria o principal artífice desta ruptura, Augusto, apresentou sua atuação como uma reconstituição da República. E a tentativa de reconstituição de Augusto seria uma entre muitas, como nos lembra Cícero em *De re publica*, 5, 2. Nesta passagem, Cícero afirma que a República é uma obra-prima que, com o tempo, foi perdendo as cores e a clareza de seus contornos. Sofrendo sucessivas restaurações, a pintura não retoma suas cores originais. Pelo contrário, ao final, o que restou foram apenas os contornos da obra-prima original.

Em especial nos cem anos que antecedem a batalha de Ácio, a obra-República foi intensamente restaurada. O quadro que nos apresenta Jurgen von Ungern-Sternberg (2006), que mencionamos como exemplo, é o seguinte:

Quando Tibério Semprônio Graco assumiu como tribuno da plebe em 10 de dezembro de 134 a.C, tudo na República Romana parecia estar em perfeita ordem. Cartago, a perigosa rival de Roma, tinha sido destruída; o reino da Macedônia tinha se tornado uma província; todo o mundo composto pelos estados helênicos estava agora sob controle romano. [...] Na própria cidade de Roma, as lideranças das mais proeminentes famílias, a nobreza governante, dominava a vida política de seus assentos no senado. Eles sabiam como conduzir um ou outro magistrado recalcitrante de volta ao seu lugar, e o mesmo se aplicava para algum tribuno da plebe que ocasionalmente se mostrasse independente demais. Eles eram flexíveis o bastante para integrar aspirantes ambiciosos e talentosos em suas fileiras e espertos o suficiente para incluir todos os cidadãos na tomada de decisões políticas através dos vários tipos de assembleias – e particularmente confiava a eles a escolha entre os candidatos rivais na competição pelos cargos políticos. [E aqui temos o grande ponto final. Abre-se nova sentença temporal] Menos de um ano depois tudo fundamentalmente tinha mudado, de acordo com o que Apiano de Alexandria escreveu no prefácio de sua história das guerras civis romanas. Um embate político acabou em assassinato e morte; outras lutas se seguiram, primeiro na cidade e depois pela cidade, culminando no final na breve dominação de César e finalmente no estabelecimento do principado por Augusto. Estes eventos ofereceram um grande e sangrento espetáculo, espalhando cenas terríveis e nomes famosos (2006, pp. 89-90)

A crise da República, como fica claro aqui, corresponderia a uma queda que durou mais de cem anos. Convenhamos que é preciso admitir ao menos que é uma queda quase infinitamente longa. É difícil pensar um ponto, uma linha entre parágrafos que corresponda a cem anos. Mesmo sendo adeptas da ideia de uma ruptura, as narrativas historiográficas da passagem da República ao Império apontam este processo em dois tempos: o fracasso de César e o sucesso de Augusto. Teríamos dois pontos muito próximos, quase confundidos um com o outro?

Considerando o que pensa Cícero à época de seu exílio, teríamos muitos pontos, que derivariam tanto da natureza da aristocracia romana e da busca desmedida por glória quanto em razão de seus vícios, que levavam à ruína e a buscar retirar dos outros o que não lhes pertencia. Afirma Cícero:

Quase sempre eclode tão grande contenda que se torna difícil preservar a sociedade inviolável. Isto mostrou há pouco a temeridade de César, o qual perverteu todos os direitos divinos e humanos em virtude de um principado que ele mesmo se atribuía por um erro de opinião. E há aqui uma coisa molesta: em ânimos superiores e talentos brilhantes, a maior parte do tempo estão presentes anseios de honra, comando, poder e glória (*Off.* 1, 26).

Daí se deve concluir que, propostos semelhantes prêmios [como os que se conseguiam com as proscricções], as guerras civis sempre existirão. Eis que apenas as muralhas da cidade estão de pé e firmes, mas já temem os últimos crimes daquele homem [César] – quanto à República, nós sem dúvida a perdemos totalmente (*Off.* 2, 29).

Por outro lado, César atribuía esta morte derradeira a Pompeu. Afirma César que:

Em razão destes fatos [Pompeu teria aterrorizado o Senado e feito cessar seu funcionamento em liberdade], exorta-os e pede-lhes que assumam a República e que governem juntamente com ele. Mas se, de medo, se esquivassem, ele não deixaria de assumir sua responsabilidade e governaria o Estado com seus próprios meios (*Civ.* 1, 32, 1-7).

Se quisermos, podemos então pensar em um Principado de Pompeu, ou mesmo antes dele em uma tirania de Sula, ou antes deste, tantas outras rupturas.

Voltando às fontes, vemos inúmeras mortes da República. Uma muito comum é representada pela destruição de Cartago, em 146 a.C. Além de significar que Roma não tinha mais nenhum rival externo que pudesse ser levado a sério, o episódio é dado muitas vezes como o marco cronológico a partir do qual os romanos já não seriam mais uma república, uma vez que abandonariam seus valores tradicionais. Lançados no luxo e nos vícios, iriam cada vez mais se tornando amantes de ambições desmedidas. Sem almejar o bem da república, mas apenas seus interesses pessoais, se dedicariam a destruir seus compatriotas quer para eliminar rivais, quer para tomar-lhes os bens. A república seria a sua elite; a boa república seria o resultado de uma elite virtuosa. Esta república excelente teria produzido o império. O império teria produzido o luxo e o poder desmedidos. Este império destruiu a república. O

fim da república, assim, não corresponderia a um ponto final. Pouco a pouco, o império iria se construindo e, com isto, a república se esfacelaria. Como exemplo desta visão, podemos citar Salústio: “Nem a glória, nem poder geravam disputas entre os cidadãos [até a destruição de Cartago em 146 a.C.], pois o medo do inimigo mantinha a cidade no bom caminho” (*Jug.* 41, 2).

Sêneca e as repúblicas do Império

O Império, em Sêneca, para outro exemplo, não começa com Augusto. Certamente não começa na batalha de Ácio. Trata-se de um processo. Isto fica claro quando ele lista os ingratos que receberam armas da república e colocaram estes mesmos exércitos contra a república. Sêneca fala dos homens que foram capazes de:

Atacar a própria pátria e produzir facciosos e querer para si mesmo o supremo poder e dignidade, eles se veem humilhados se não colocam a república a seus pés. Os exércitos que receberam da república serviram para ser jogados contra ela, e se dirigem às tropas para dizer: ‘Lutem contra as esposas, combatam seus filhos!’ (*Ben.* 5,15,4-5).

A lista de pessoas que corresponderiam a este perfil de querer estar acima da república começa com Coriolano, que foi expulso de Roma. Acusado de almejar a tirania, uniu-se aos volscos e levou os exércitos contra Roma. Sendo dissuadido de invadir Roma por sua mãe e por sua esposa, desmobiliza os exércitos e volta para os volscos, que o mataram. Este episódio não é relatado por Sêneca, mas o conhecemos pela biografia de Coriolano que foi escrita por Plutarco. O que chama a atenção é que este episódio ocorreu em 491 a.C., quando a república tinha apenas dezoito anos! Os ingratos “seguintes” estão todos no contexto das Guerras Civis, concentrando-se no século I a.C.: Mário, Sulla, Catilina, Pompeu, César e Antônio. Após Antônio, ele diz que não continuará a lista porque tomaria um dia inteiro para mencionar todos os ingratos com a república (*Ben.* 5,17,1). Bem na vez de Otaviano!

O mesmo “Império” que se mostra como o princípio do esfacelamento do poder de Roma, por outro lado, é a oportunidade para a ascensão das elites que se espalhavam pelo território conquistado. Diodoro da Sicília afirma que:

“Os romanos, quando decidiram aspirar ao domínio do mundo, conquistaram o império com o valor de suas armas, mas para seu próprio benefício, trataram com benignidade os povos vencidos” (*Bibl. hist.* 32,4).

Este benefício que se produz para os povos conquistados possibilitou tanto uma nova dinâmica econômica para aqueles espaços que comporiam o universo provincial, como novas possibilidades de articulação política para suas elites. No que se refere à dinâmica econômica com relação ao universo provincial, a periodização que cria uma forte ruptura entre República e Império parece inadequada. Do ponto de vista do funcionamento da economia do Império, com a ascensão de diversas áreas em ambiente provincial com relação à península Itálica, a passagem da República para o Império representada por Augusto certamente não merece um parágrafo, nem mesmo um ponto; creio que nem uma vírgula deveria ser colocada aqui. Quer me parecer que teria que se atribuir uma supervalorização da capacidade econômica do Estado romano, se alguém quisesse ter em Augusto uma ruptura na economia. O poder do Estado romano de interferir na economia era bastante baixo e não pode ser superestimado.

Para dar uma ideia disto, parece-nos pertinente a provocativa comparação feita pelos editores da *História Econômica do Mundo Greco-Romano de Cambridge*, lançada em 2007. Eles constatam que o “orçamento de uma das maiores universidades privadas americanas (convertido em equivalente-trigo) é muitas vezes maior do que aquele dos imperadores romanos do primeiro século” (2007, p. 10).

Retomando a metáfora, o “texto” que se refere à dinâmica das elites locais e suas alianças com a elite sediada em Roma também não nos parece merecer nem mesmo uma vírgula. Diz Cícero, retomando a tópica de benignidade dos conquistadores com relação aos conquistados, que “os nossos antepassados a quem cidades ou nações se confiavam tornavam-se seus patronos” (*Off.* 1, 10, 31). O crescimento do Império Romano, não o de Augusto, levou progressivamente à constituição de um ambiente provincial em que as elites locais foram sendo integradas em redes de clientela. Além das ligações

institucionais que ligavam Roma às províncias, havia também as ligações interpessoais entre aristocratas sediados nas diversas partes do território provincial. A construção de um ambiente provincial, a ordenação institucional destes espaços e sua dinâmica econômica e, especialmente, as formas pelas quais as elites provinciais e elites locais se relacionavam através de vínculos de patronato, não têm como um divisor relevante a consolidação de Augusto no poder. Assim, a ideia de que com Augusto se coloca um novo mundo, em que todas as decisões se encerram com a voz imperial, não corresponde a um universo mais amplo de competição e colaboração que marcou a vida das elites não só em Roma, mas também fora da capital. A valorização da posição imperial com relação aos outros atores políticos nos parece excessiva.

Tantas repúblicas, tantos impérios... balcanizados?

Tratando da emergência de novos atores políticos, que não começa e muito menos se encerra com Augusto, Steven Rutledge (2001) falará em uma balcanização da política em lugar de sua morte. Muito longe do esvaziamento das arenas de competição política, teríamos a sua ampliação e multiplicação para diversos espaços uma vez que o senado deixou pouco a pouco de ser o espaço de deliberação último. O fortalecimento da casa imperial não anula o poder do senado, mas faz com que novos atores e novos espaços de deliberação fossem construídos pelos atores políticos. Diz este autor: “tudo isto serviu para ‘balcanizar’ a política sob o Principado, colocando senadores, *noui homines*, e libertos imperiais apostando uns contra os outros uma vez que eles competiam por recompensas e influência política.” (Rutledge, 2001, p. 53.) No mesmo sentido, Timothy P. Wiseman pensava já em 1985 este processo de modificação da vida política como unidade e não como ruptura: “mesmo o principado de Augusto [...] não marca uma ruptura total relativamente à continuidade da vida política da oligarquia romana” (1985, p. 2).

Conclusão

Esperamos ter demonstrado que tem havido uma reificação do que é uma periodização. Mais do que isto, que a periodização que se constrói como

uma ruptura entre República e Império, a partir da ascensão de Augusto, deve ser vista de forma mais matizada, pensando menos como obra de um homem, de um gênio político que tem poderes de instauração sobreumanos, e mais como resultado de processos diversos de transformação que em alguns casos têm no período do governo de Augusto um momento importante (mas não singular) e, em outros casos, não representa qualquer importância ao que se chama instauração do Principado. Propomos pensar República e Império como tendo múltiplas fronteiras, conforme se pense experiências históricas diversas. Ainda mais, propomos pensar a divisão entre República e Império não como uma ruptura, mas como uma fronteira. Sendo fronteira, há separação e ligação entre as várias “Repúblicas” e “Impérios” que podemos construir analiticamente e, ainda mais, os espaços que correspondem a estas fronteiras não podem ser traduzidos por pontos finais, mas sentenças que estão em parte sobrepostas e em parte apartadas. O texto república / império não se escreveria assim:

REPÚBLICA / IMPÉRIO

A apresentação gráfica deste texto, a nosso ver, seria mais próxima de uma apresentação na qual teríamos múltiplas repúblicas e múltiplos impérios, onde nem sempre a república é sucedida pelo império, mas temos momentos imperiais em meio à república e momentos republicanos em meio ao império. Teríamos um texto bem mais complexo, que demandaria muito mais trabalho para ser lido. Se nossos argumentos puderem ser aceitos, o texto resultante seria algo assim:

IMPÉRIO REPÚBLICA
REPÚBLICA IMPÉRIO

R E P Ú B I L M I P C É A R I O
R I E P Ú M B L I P C É A R I O
I R M E P Ú P B L É I C R A I O

IMPÉRIO REPÚBLICA
REPÚBLICA IMPÉRIO

I M P É R R E I P O Ú B L I C A

I R M E P Ú P B L É I C R A I O

REPÚBLICA I M I P C É A R I O

R I E P Ú M B L I P C É A R I O

I M P É R R E I P O Ú B L I C A

IMPÉRIO REPÚBLICA REPÚBLICA IMPÉRIO

Bibliografia

- BEARD, M., and CRAWFORD. M. *Rome in the Late Republic: Problems and Interpretations*. London, 1999.
- CANFORA, L. *Ideologias de los estudios clásicos*. Madrid, Akal Editor, 1991.
- FINLEY, M. *Politics in Ancient World*. Cambridge, Cambridge University Press, 1983.
- FLOWER, Harriet. *Roman republics*. Princeton, Princeton University Press, 2010.
- GALSTERER, H. "A man, a book, and a method: Sir Ronald Syme's *Roman Revolution* after fifty years". In: RAAFLAUB, K.; TOHER, M. (eds.), *Between Republic and Empire: interpretations of Augustus and his Principate*. Berkeley, University of California Press, 1993, pp. 1-20.
- GELZER, M. *The Roman nobility*, Oxford, 1969.
- MORRIS, I.; SALLER, R.; SCHEIDEL, W. "Introduction". In: MORRIS, I.; SALLER, R.; SCHEIDEL, W. (eds.) *The Cambridge economic history of the Greco-Roman World*. Cambridge, Cambridge University Press, 2007. p. 1-12.
- POTTER, D. "Introduction. The shape of Roman history: The fate of the governing class". In: POTTER, D. (ed.) *A companion to the Roman empire*. Oxford: Blackwell, 2006, pp. 1-20.
- SYME, R. *The Roman revolution*. Oxford, Oxford University Press, 1960.
- VON UNGERN-STERNBERG, J. "The crisis of the Republic". In: FLOWER, H.I. (ed.). *The Cambridge companion to the Roman republic*. Cambridge, Cambridge University Press, 2006, pp. 89-112.
- RUTLEDGE, S. H. *Imperial inquisitions*. Prosecutors and informants from Tiberius to Domitian. London, Routledge, 2001.
- WALLACE-HADRILL, A. *Rome's Cultural Revolution*. Cambridge/New York, Cambridge University Press, 2008.
- WISEMAN, T.P. *Roman political life*. 90 BC – AD 69. Exeter, University of Exeter, 1985.

